

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Gestão

A determinação das declarações estratégicas da TRENSURB contribui para o alinhamento e o alcance das metas do Planejamento Estratégico, pois estão concretamente disseminadas entre todos os empregados e essas produzem os meios e os requisitos para o objetivo pleno de sua funcionalidade, que consiste em oferecer um serviço público eficaz, transparente e altamente capacitado. A tradução do Planejamento Estratégico em objetivos específicos se dá através do *Balanced Scorecard* (BSC), organizados em um diagrama, denominado Mapa Estratégico, que demonstra a relação de causa e efeito entre os objetivos estratégicos nas diferentes perspectivas adotadas.

Taxa de Cobertura

Sendo uma sociedade de economia mista de capital fechado e vinculada ao Ministério das Cidades, para atingir seus objetivos e cumprir sua missão, necessita do aporte de recursos da União, caracterizando-se, portanto, como uma empresa economicamente dependente, cujo valor da tarifa e limites de orçamento são definidos pelo Governo Federal.

Considerando as peculiaridades descritas, cabe à empresa, além de ampliar a receita operacional e a geração de novas receitas extra-operacionais, identificar, racionalizar e reduzir custos. Dentre os principais indicadores e/ou parâmetros econômico-financeiros, destaca-se a análise dos resultados que se referem ao indicador Taxa de Cobertura, que descreve o quanto da despesa operacional é suprida pela receita própria e o quanto das necessidades foram atendidas através das receitas de subvenções resultantes do aporte de recursos do Governo Federal.

Este indicador demonstra a eficiência dos processos da empresa, perante sua atividade fim, ou seja, o transporte de passageiros, encerrando o ano de 2009 com um índice percentual de 45,94%, enquanto em 2008 foi de 54,9%. Houve redução de 9,04 pontos percentuais nesse índice, basicamente em função da redução de passageiros transportados e do aumento das despesas para funcionamento, com ênfase nas despesas com serviços de terceiros – manutenção dos trens, o que possibilitou o aumento da velocidade nas manutenções de trens e também na confiabilidade medida pelo indicador de MKBF – quilometragem média entre falhas, que atingiu também um recorde histórico.

Passageiros Transportados

Em 2009 foram transportados 44.404.858 passageiros, considerando-se os bloqueios de entrada, sendo 5,93% inferior aos passageiros transportados em 2008, correspondendo a uma redução de 2.630.902 passageiros. Constatou-se que o dia com maior fluxo de passageiros transportados ocorreu em 04/09/09, uma sexta-feira, com 173.889 usuários.

A média de passageiros transportados no ano de 2009, em dias úteis, foi de 150.640 passageiros, 2,25% inferior à média de 2008, o que corresponde a uma redução de 3.472 passageiros. Constatou-se que o pico de passageiros transportados em 2009, em dias úteis, foi atingida no mês de novembro, com 161.192 passageiros. Destacam-se como principais motivos que contribuíram para redução no quantitativo de passageiros transportados, a Gripe H1N1 que ocasionou inclusive o adiamento do início de aulas no segundo semestre, a greve dos Metroviários entre 02 e 16 de junho e também a crise econômica mundial que, de alguma forma, impactou o transporte público como um todo.

Nível de Satisfação dos Serviços

Foi realizada em 2009 nova pesquisa Satisfação e Perfil do Usuário cujo objetivo foi verificar o grau de satisfação do usuário do sistema TRENSURB, bem como comparar com os resultados obtidos em anos anteriores.

Os entrevistados avaliaram uma série de itens relacionados a diversos requisitos (limpeza, conforto, segurança, entre outros) e também a satisfação geral com todo o sistema. Obteve-se o índice de satisfação geral de 93,6%, superior ao obtido em 2008 que foi de 93%. Não foi verificada alteração significativa no perfil do nosso usuário.

Contribuição para o meio ambiente

O metrô concebido para ser ambientalmente inserido ao meio urbano como elemento estruturador do transporte público e indutor do desenvolvimento urbano e da regeneração e revitalização de áreas degradadas (centro tradicional e principais corredores), contribui substancialmente para requalificação urbano-ambiental, para atender a necessidade e mobilidade da sociedade do presente e do futuro e para o reequilíbrio da matriz modal de transporte.

O sistema qualifica a mobilidade urbana promovendo o seu desenvolvimento sócio-econômico em harmonia com o meio-ambiente. Através do seu potencial qualitativo e quantitativo estima-se através do cálculo das *Deseconomias* que a TRENSURB proporcionou no ano de 2009 uma economia indireta de R\$ 98,76 milhões a partir da estimativa dos custos unitários das externalidades. Deixou-se de executar um total de 889,5 mil viagens/ano de ônibus, ou seja, correspondente a 2.437 viagens em dia útil, tendo como consequência uma economia de 9,03 milhões de litros de óleo diesel. Também se evitou a emissão de 2.746 toneladas de dióxido de carbono, 466 toneladas de hidrocarbonos, 178 toneladas de óxido de nitrogênio, 5,35 toneladas de óxido de enxofre e 5,94 toneladas de particulados. Entende-se que é de extrema importância essa análise uma vez que dimensiona, de forma objetiva, as consequências para a população, para o sistema de transporte público e para o meio ambiente da RMPA, a partir de uma hipotética inexistência da TRENSURB, considerando apenas a transferência da modal ônibus para o Metrô.

Acessibilidade Universal

Atendendo ao objetivo estratégico de *Garantir a Acessibilidade Universal*, em 2009 foram realizadas várias ações dentre as quais destacam-se:

- Alteração do Layout Interno dos Trens - Este projeto contemplou basicamente as seguintes alterações no TUE (Trem Unidade Elétrica): recomposição e revitalização do piso, realocação e fixação dos bancos, locação e fixação dos nichos para cadeirantes, fixação de corrimão vertical, locação e fixação de suportes para bicicletas. Em 2009, foram concluídos dois TUEs, no valor de R\$ 160.123,00 cada.
- Elaboração de projetos básicos executivos arquitetônicos, urbanísticos e complementares do lote de oito estações - De acordo com o Programa de Modernização e Acessibilidade das Estações, em conformidade com a Lei Federal nº. 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.296 de 2004, este projeto tem como objetivo desenvolver um conjunto de ações centrado no triângulo Educação, Trabalho e Cidadania, de modo a garantir ao adolescente desenvolvimento integral, propiciando o contato com uma variedade de atividades que complementam a educação formal. O Programa atende um público adolescente na faixa etária dos 15 aos 16 anos de idade, com escolaridade mínima de 7ª série do Ensino Fundamental e desenvolve atividades em turno inverso ao da escola, onde os adolescentes participam de oficinas educativas que, além de adquirir conhecimento, propiciam a aprendizagem de novas formas de geração de renda. Como ajuda de custo, os adolescentes recebem o valor correspondente a meio salário mínimo, acrescidos de vale-transporte, alimentação e atendimento médico-odontológico.
- Em 2009 o Programa Estação Educar iniciou com a participação de 19 aprendizes no turno da manhã e 19 aprendizes no turno da tarde, formando, no final do ano, 36 adolescentes com uma carga horária de 800 horas aula. Contemplaram atividades como a Oficina de Fotografia (40 horas) e Oficina de Comunicação (40 horas), contribuindo assim na formação profissional dos adolescentes, no desenvolvimento de potencialidades e reflexão sobre uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Responsabilidade Social

Apesar de nos últimos anos, a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre contrata adolescentes aprendizes, através de um programa específico denominado *Programa Estação Educar - TRENSURB*, em cooperação com o SENAI, onde desenvolve um conjunto de ações centrado no triângulo Educação, Trabalho e Cidadania, de modo a garantir ao adolescente desenvolvimento integral, propiciando o contato com uma variedade de atividades que complementam a educação formal. O Programa atende um público adolescente na faixa etária dos 15 aos 16 anos de idade, com escolaridade mínima de 7ª série do Ensino Fundamental e desenvolve atividades em turno inverso ao da escola, onde os adolescentes participam de oficinas educativas que, além de adquirir conhecimento, propiciam a aprendizagem de novas formas de geração de renda. Como ajuda de custo, os adolescentes recebem o valor correspondente a meio salário mínimo, acrescidos de vale-transporte, alimentação e atendimento médico-odontológico.

Recursos Humanos

No ano de 2009, com o objetivo de capacitar e qualificar o quadro funcional da Trensurb com treinamentos técnicos e comportamentais diretamente relacionados à função, foram realizados 67 cursos (internos e/ou

externos), sendo que seis ainda estão em execução, com continuidade em 2010. Além dos projetos elaborados no ano, houve a continuidade de projetos de treinamento referentes aos anos de 2007 e 2008. De janeiro a dezembro de 2009, obteve-se a participação de 1.625 empregados, sendo que, muitos destes, participaram de mais de um treinamento durante o ano. No total, foram efetuadas 20.968 horas de treinamento para uma média de 990 empregados ativos.

Neste ano também foi implantado o novo Sistema de Remuneração e Desenvolvimento (SIRD/2009) cuja revisão teve como objetivo principal a recomposição da estrutura salarial às bases de mercado, com vistas a deter a evasão de nossos recursos humanos. Dentre as vantagens com a utilização deste novo SIRD podem ser citadas: adequar à estrutura funcional às necessidades de execução de competências nas diversas áreas de atuação ligadas às atividades-fins da sociedade; recompor a estrutura salarial às bases de mercado com vistas a evitar a rejeição de recursos humanos e a alta rotatividade de pessoal, garantindo-se a captação, retenção e evitando a substituição de despesas com contratações e treinamentos; instituir tabelas salariais por cargo, de forma a permitir que sejam administradas independentemente umas das outras; adotar diferença percentual maior nos níveis iniciais de uma mesma amplitude salarial como forma de atratividade aos novos empregados; unificar atividades de mesma natureza minimizando a hierarquização funcional, através da fusão de conteúdos ocupacionais pertinentes a padrões de complexidade e responsabilidade antes distintos; excluir as atividades de supervisão das competências dos cargos efetivos, eliminando a necessidade de criação de novos padrões salariais para a hierarquização funcional; remeter as atividades de supervisão à estrutura organizacional e estabelecer o gerenciamento das mesmas como Funções de Confiança; extinguir o instituto do "Anuário" e "Qüinqüênio" previstos nos PBVs, com a integração dos valores já praticados; reduzir os percentuais de remuneração/horas extraordinárias para as bases legais de 100% para 50% e de 150% para 100%; fixar a base de referência para promoções por merecimento e antiguidade em 1% da folha de pagamento de pessoal para todos os empregados, independente da data de admissão.

Ainda neste ano, a TRENSURB, em parceria com a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), realizou a IX edição do Curso Internacional de Treinamento em Sistema de Trens Urbanos, cujo objetivo é a troca de experiências e conhecimentos sobre a tecnologia atual utilizada na operação de sistema de trens urbanos e de transporte público coletivo. O evento reuniu engenheiros e técnicos de países da América Latina e da África de língua portuguesa.

Em andamento também o Programa de Pré-Aposentadoria que visa preparar os empregados para uma nova fase de vida, após a saída da Empresa. Esse possui caráter informativo e formativo, possibilitando que essas pessoas possam realizar reflexões acerca das atitudes a serem tomadas diante das alterações relacionadas aos aspectos econômicos, sociais e familiares, no momento da aposentadoria. Este programa está constituído em módulos abrangendo os seguintes temas: motivação pessoal, repasse de conhecimentos, empreendedorismo, trabalho voluntário e saúde na maturidade. Tendo seu início em novembro/2009 e com duração prevista de um ano e meio, contempla no final do exercício a participação de 30 pessoas distribuídas em duas turmas compostas de funcionários de diversos setores e níveis hierárquicos.

Houve redução no número de empregados, de 1140 em 2008 para 1095 em 2009, basicamente em função de aposentadorias e pedidos de demissão.

Expansão da Linha 1 - Trecho - São Leopoldo/Novo Hamburgo

A inclusão da obra no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal no início do ano de 2009 possibilitou, além de seu início efetivo imediato, um ritmo notável em seu andamento. Os recursos assegurados permitiram o planejamento consistente das atividades envolvidas, adequado ao prazo contratual remanescente, de três anos.

A estratégia assumida se revelou eficaz, pois a partir da ordem de início dos serviços, em fevereiro de 2009, até o final do exercício, 30,2% da execução física encontra-se concluída. Os trabalhos estão distribuídos nos 9,3 km da obra, mas concentra-se, prioritariamente, na primeira etapa de construção que contempla a implantação de 4,48 km de via completa, englobando duas estações: Rio dos Sinos em São Leopoldo e Liberdade em Novo Hamburgo. A conclusão deste trecho deverá ocorrer até o final de 2010, momento em que terá início a operação experimental.

No período foram implementadas ações relativas às fundações, pilares, vigas transversais e longitudinais em cerca de 80% da via elevada, iniciando-se a colocação das lajes pré-moldadas do tabuleiro. O material da via permanente – trilhos, dormentes, fixações e aparelhos de mudança de via – foi adquirido e encontra-se depositado na obra; foram definidos os projetos da rede aérea, de abastecimento de energia, de sinalização e auxiliares (escadas rolantes, elevadores e geradores, bem como telecomunicação e controles). Encontram-se iniciados e em pleno andamento os trabalhos relativos à construção de pontes metroviária e rodoviária sobre o Rio dos Sinos, com conclusão prevista para abril e maio de 2010, respectivamente.

Para execução da obra do metrô (via elevada e viário), o Governo Federal está fazendo importantes investimentos sociais, com reassentamento de famílias num total de 600, distribuídas em dois loteamentos: Brás III e Padre Orestes, ambos no município de São Leopoldo. O reassentamento contempla, além da construção das casas, saneamento básico, tratamento dos resíduos, sistema viário, transporte coletivo, iluminação pública e demais equipamentos públicos. São, ao todo, R\$ 42 milhões de reais em investimentos do Governo Federal na área de moradias populares em razão da obra de expansão do metrô.

A obra de expansão beneficiará diretamente 30 mil usuários do transporte público, gerou no ano de 2009, 950 empregos diretos devendo este número chegar a 1,2 mil em 2010.

O custo total de implantação está orçado em R\$ 720 milhões de reais (data de referência dezembro/2009), sendo executado em 2009, o valor de R\$ 192.073.910,00.

Implantação do Sistema APM Aeromóvel

Trala-se da construção inédita de um Sistema APM (*Automate People Mover*) no Brasil, que irá ligar o novo terminal de passageiros do Aeroporto Salgado Filho de Porto Alegre à estação do metrô, com objetivo de facilitar o acesso às dependências do sítio aeroportuário e incentivar a redução do uso de veículos automotores. O objetivo da obra é unir operacionalmente uma estação do metrô a um núcleo pulsante de demanda, estendendo a zona de influência ou faixa de domínio do metrô. Será um projeto-piloto, modelo que poderá vir a ser reproduzido em outras estações do metrô gaúcho e, mais além, implementando em outros sistemas do país para incrementar a mobilidade urbana.

O investimento está orçado aproximadamente em R\$ 29,9 milhões, tendo sua liberação já aprovada pelo Governo Federal e incluída como uma das obras do PAC. A previsão de execução da obra é de 12 meses sendo que foram obtidas em 2009, as licenças municipais, estaduais e federais.

Bilheteamento Eletrônico

Por tratar-se de um modal troncal, o transporte metro-ferroviário, operado no eixo norte da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA pela TRENSURB, precisa manter integração operacional e tarifária em todos os municípios de sua abrangência, com os sistemas sobre pneus urbanos e/ou metropolitanos da região, de forma a potencializar a demanda para sua capacidade de oferta de transporte, trazendo essas ações em aumento da mobilidade, conforto e benefícios econômicos para o usuário.

Em novembro de 2009 procedeu-se à contratação de empresa para adequação à interoperabilidade dos sistemas de bilheteamento eletrônico, Sistema Integrado Metropolitano - SIM operado pela TRENSURB e o Transporte Integrado - TRI operado pelas empresas de transportes urbanos por ônibus do município de Porto Alegre. A adequação acontece pela atualização, adaptação e alocação dos equipamentos que se fazem necessários ao desenvolvimento de atividades relativas ao atendimento a clientes e a operacionalização do sistema. Esse processo inclui a emissão de cartões, geração e comercialização de créditos eletrônicos, processamento de dados para a implantação e utilização de todos os tipos de cartão SIM, operação com tarifário integrada dos sistemas SIM e TRI, processamento de dados conjunto e a operação da câmara de compensação.

Manutenção

Um dos indicadores que refletem a qualidade operacional da TRENSURB é o Índice de Regularidade que é uma relação entre as viagens realizadas e as viagens programadas. Um aspecto que impacta fortemente nesse índice é a qualidade da manutenção realizada nos trens que prestam o serviço do transporte de passageiros. Uma maneira de medir o desempenho da manutenção é pelo Índice de Quilometragem Média Percorrida por Ocorrência de Avarias da Frota - MKBF. Quanto maior for este índice, melhor é a qualidade da manutenção. Nesse sentido, em dezembro de 2009, verificou-se o recorde histórico, com 4.119 km por avaria. Os motivos identificados para o aumento significativo deste indicador no ano de 2009 são, basicamente, a instalação progressiva de freios microprocessados nos trens e o aumento da velocidade das manutenções executadas, melhorando a disponibilidade e qualidade dos trens. Nesse aspecto houve também recorde histórico, com a realização de manutenção geral em seis trens. O máximo obtido em anos anteriores foi de quatro trens.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE
PORTO ALEGRE S/A - TREN SURB
CNPJ/MF Nº 90.976.853/0001-56

Ministério
das Cidades



Considerações Finais

Ao transportar mais de 44 milhões de pessoas em 2009, a TREN SURB cumpre seu papel inclusivo, sobretudo, pelo fato de que a grande maioria dos usuários possui renda até cinco salários mínimos e que alcançou 93,6% no índice de satisfação geral conforme pesquisa realizada. Como forma de qualificar suas práticas no atendimento público, a Empresa realiza seus serviços com os melhores e mais democráticos exemplos de atendimento priorizando a acessibilidade universal a todos os cidadãos, em especial aos portadores de deficiência física.

Prosseguindo no cumprimento do seu papel institucional, a TREN SURB, está expandindo sua rede até Novo Hamburgo, com isso concluindo projeto original da Linha 1. Também está viabilizando a implantação de

Aeromóvel entre a estação Aeroporto ao Aeroporto Salgado Filho. Além disso, com a implantação do sistema de bilhetagem eletrônica da Trensurb, estão sendo criadas as condições para desenvolver a interoperabilidade com os demais sistemas em operação na cidade de Porto Alegre e demais municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, dessa forma, estes três projetos, firmam-se como as grandes diretrizes estratégicas para o ano de 2010.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2010

Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	NOTA	2009	2008		NOTA	2009	2008
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4a	36.618.963	33.602.651	Fornecedores		5.091.483	8.050.537
Créditos pela venda de serviços		4.791.318	5.134.047	Impostos e taxas a recolher		897.667	824.294
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto.	5	13.794.862	8.732.166	Contribuições sociais a recolher		2.894.637	1.889.698
Adiantamento de férias e débitos de empregados	6	2.767.652	2.353.649	Obrigações trabalhistas		113.200	210.056
Empreiteiros - parcelas contratuais		49.182	155.027	Provisão de férias e encargos		8.983.774	7.494.950
Direitos a receber		345.225	372.828	Credores por convênios		138.258	75.351
IRPJ e CSLL a recuperar	14	2.276.208	2.000.267	Credores por depósitos		266.909	309.425
Estoques	7	7.027.070	6.204.898	Provisão para IRPJ e CSLL	14	-	613.035
Despesas do exercício seguinte		395.503	278.611	Provisão para contingências trabalhistas	11a	91.163.065	111.683.312
		68.068.983	58.834.154	Provisão para contingências cíveis	11b	27.691	27.141
				Provisão para contingências fiscais	11c	-	78.099.372
				Plano de previdência e pensão a empregados	12	1.704.157	1.477.442
						111.300.901	210.754.606
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PASSIVO NÃO-CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo				Parcelamento de contribuições previdenciárias	10	618.515	843.298
Aplicação em títulos e valores mobiliários		17.603	16.483	Provisão para contingências cíveis	11b	5.400.000	5.400.000
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios		10.303.066	10.374.254	Plano de previdência e pensão a empregados	12	2.169.461	3.268.509
Depósitos judiciais s/aplicação financeira	4b	794.445	695.925			8.177.976	9.511.807
Parcelamento de débito de empregados	6	1.616.215	1.712.315				
		12.731.329	12.798.977				
Investimentos em participações societárias		23.371	23.371	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Intangível	8	590.798.797	407.014.698	Capital social	13	483.940.681	469.505.570
	9	1.918.449	1.971.064	Adiantamentos para aumento de capital		215.151.512	14.435.111
		592.740.617	409.009.133	Prejuízos acumulados		(145.030.141)	(223.564.830)
		605.471.946	421.808.110			554.062.052	260.375.851
TOTAL DO ATIVO		673.540.929	480.642.264	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		673.540.929	480.642.264

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais)

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTOS PARA AUMENTO DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		460.109.578	9.395.992	(254.713.700)	214.791.870
Ajustes de exercícios anteriores	13c	-	-	28.358	28.358
Créditos p/futuro aumento de capital	13b	-	14.435.111	-	14.435.111
Recursos recebidos	-	-	13.081.445	-	13.081.445
Atualização financeira	-	-	1.353.666	-	1.353.666
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos		9.395.992	(9.395.992)	-	-
		9.395.992	(9.395.992)	-	-
Lucro Líquido do Exercício				31.120.512	31.120.512
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		469.505.570	14.435.111	(223.564.830)	260.375.851
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-
Créditos p/futuro aumento de capital	13b	-	215.151.512	-	215.151.512
Recursos recebidos	-	-	207.897.080	-	207.897.080
Atualização financeira	-	-	7.254.432	-	7.254.432
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos		14.435.111	(14.435.111)	-	-
		14.435.111	(14.435.111)	-	-
Lucro Líquido do Exercício				78.534.689	78.534.689
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		483.940.681	215.151.512	(145.030.141)	554.062.052

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em Reais)

	NOTA	2009	2008
RECEITA BRUTA			
Serviço de transporte metroviário		58.529.217	59.822.584
Aluguéis, arrendamentos e concessões		1.902.183	1.731.863
		60.431.400	61.554.447
Tributos sobre a receita bruta		(3.609.818)	(3.682.250)
RECEITA LÍQUIDA		56.821.582	57.872.197
Custo dos serviços prestados		(103.085.002)	(90.951.016)
PREJUÍZO BRUTO		(46.263.420)	(33.078.819)
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(47.268.815)	(43.955.130)
Receitas financeiras		4.325.856	5.297.164
Despesas financeiras		(7.368.260)	(1.522.723)
Outras receitas e despesas			
Provisão ações trabalhistas e cíveis	11	(28.241)	(22.230)
Reversão ações trabalhistas e cíveis	11	111.695	23.149.065
Reversão (provisão) contingências fiscais	11	78.099.372	(15.800.880)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	15	3.324	1.536.638
SUBVENÇÕES DO TESOUREIRO NACIONAL		96.923.178	96.130.065
LUCRO OPERACIONAL		78.534.689	31.733.550
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
PROVISÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14		
Contribuição social corrente		-	(266.960)
Imposto de renda corrente		-	(326.078)
		-	(613.038)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		78.534.689	31.120.512
Lucro líquido por ação do capital social		0,0563	0,0236

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	NOTA	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO AJUSTADO POR:		78.534.689	31.120.512
Ajustes de exercícios anteriores	13	-	28.358
Depreciação e amortização		12.958.636	13.457.849
Baixa de bens do ativo imobilizado		16.392	105.764
Juros atualização financeira s/adiant. capital	13	7.254.432	1.353.666
Provisão contribuições sociais s/subvenções	11	(78.099.372)	15.800.480
Reversão provisões trabalhistas e cíveis	11	(83.454)	(23.126.835)
		20.581.323	38.739.794
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		342.729	(4.829.354)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(5.062.696)	1.023.156
Estoques		(822.172)	503.858
IRPJ e CSLL a recuperar		(277.941)	(1.237.359)
Demais contas de Ativo		(330.800)	44.765
		(6.150.880)	(4.494.934)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		(2.959.054)	6.466.951
Impostos e taxas a recolher		73.373	371.771
Contribuições sociais a recolher		780.167	2.470.727
Obrigações trabalhistas e provisões para férias		1.392.027	(154.806)
Cretores por convênios e depósitos		40.392	(61.277)
Provisão para IRPJ e CSLL	14	(613.038)	48.795
Plano de previdência e pensão a empregados	12	(882.333)	(758.192)
Pagamento de contingências trabalhistas e cíveis	11	(20.436.244)	(22.846.981)
		(22.604.710)	(14.462.992)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		(8.174.267)	19.781.868
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(196.706.511)	(30.278.374)
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(196.706.511)	(30.278.374)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recursos recebidos para aumento de capital		207.897.080	13.081.445
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamento		207.897.080	13.081.445
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	3.016.302	2.584.939
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		33.602.661	31.017.722
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do período		36.618.963	33.602.661

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores expressos em Reais)

	2009	2008
RECEITAS		
Receita de transporte metroviário	58.529.217	59.822.584
Receita de alugueis, arrendamentos e concessões	1.902.183	1.731.863
Outras receitas e despesas (líquidas)	3.324	1.536.638
Reversão provisões trabalhistas e cíveis	83.454	23.126.835
Reversão provisões fiscais	78.099.372	-
	138.617.550	86.217.920
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais consumidos	(6.171.123)	(4.497.708)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais	(45.417.054)	(35.128.250)
	(51.588.177)	(39.625.958)
VALOR ADICIONADO BRUTO		
Depreciação e amortização	87.029.373	46.591.962
	(12.958.636)	(13.457.849)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	74.070.737	33.134.113
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Subvenções para custeio	96.923.178	96.130.065
Receitas financeiras	4.325.856	5.297.164
	101.249.034	101.427.229
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	175.319.771	134.561.342
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	53.697.240	49.059.788
Benefícios	10.043.107	10.409.642
FGTS	6.569.255	7.527.691
	70.309.602	66.997.121
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	16.596.976	32.671.634
Estaduais	1.497.598	1.439.477
Municipais	236.247	216.984
	18.330.821	34.328.095
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	113.828	169.004
Alugueis	776.399	592.944
	890.227	761.948
Juros s/adiantamento de capital	7.254.432	1.353.666
Lucros retidos	78.534.689	31.120.512

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TRENSURB é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

- planejamento, implantação e exploração de serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul;
- desenvolvimento e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras, que abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com as normas internacionais de contabilidade, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão das demonstrações contábeis.
- O Pronunciamento Técnico 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 estabelece que o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ocorrerá em duas etapas. A primeira etapa, ocorrida em 2008, com a edição de Pronunciamentos Técnicos do CPC, culminando com o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, foi implementada pela Sociedade na adoção de suas práticas contábeis. A segunda etapa, realizada durante 2009, com a edição dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40 (com exceção do CPC 34) e Interpretações diversas, será implementada em 2010, com efeitos retroativos ao ano de 2009, para fins comparativos. Consequentemente, o ano de 2009 está sendo regido ainda pelas normas da primeira etapa, que não estão sendo adotadas de maneira antecipada na forma prevista pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade que aprovaram tais normas.
- A autorização para conclusão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria Executiva em 28 de janeiro de 2010.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado são as seguintes:

a) Apuração do resultado do exercício

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo as receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas quando da venda das passagens; as Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal e custeio devidamente empenhadas. Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos, depreciação e amortização, custo de energia elétrica de tração e serviços ligados à atividade de operação, manutenção e de sistemas metroviários.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação e depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente convertíveis, com baixo risco de variação no valor de mercado, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

c) Créditos

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

d) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção, consumo e bilhetes foram avaliados ao custo médio de aquisição, cujos valores não superam os de mercado.

e) Investimentos em participações societárias

Os investimentos em outras sociedades estão avaliados ao custo de aquisição, que não superam o seu valor de mercado.

f) Imobilizado

São demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95, ajustado pela depreciação pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada; avaliados ao seu valor recuperável, quando aplicável.

g) Intangíveis

São demonstrados pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95, ajustados pela amortização pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil estimada; avaliados ao seu valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

h) Correção monetária

A Sociedade, até o exercício findo em 31 de dezembro de 1984, devidamente autorizada à época pelo Ministério dos Transportes, utilizou-se da prerrogativa do artigo 241 da Lei nº 6.404/76, limitando a correção monetária de seu Ativo Permanente. Com aplicação desta limitação, o ativo imobilizado e intangível não contempla o montante de R\$ 82.356.827 com igual reflexo no Patrimônio Líquido. Valor atualizado até 31/12/95.

i) Ajuste a valor presente

As operações de longo prazo e de curto prazo existentes não exigiram ajustes a valor presente, pela natureza e características das operações da Sociedade, conforme disposto no CPC 12 - Ajuste a Valor Presente.

j) Provisão para contingências

São provisionadas e reconhecidas nas demonstrações contábeis as contingências cuja probabilidade de perda é considerada "provável", avaliadas com base em estimativas da Administração e da área jurídica da Sociedade pelo valor do custo do desfecho dos processos.

k) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE
PORTO ALEGRE S/A - TREN SURB
CNPJ/MF Nº 90.976.853/0001-56

Ministério
das Cidades



significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões no valor recuperável de direitos e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à incerteza inerente ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2009	2008
Caixa	8.200	8.100
Valores em trânsito	560.476	523.479
Aplicações de liquidez imediata	36.050.287	33.071.092
	36.618.963	33.602.661

a) Caixa e equivalentes de caixa

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversíveis, com baixo risco de variação no valor de mercado e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

b) Valores não disponíveis para uso

Os Depósitos Judiciais sobre Aplicação Financeira de R\$ 794.445 (R\$ 695.925 em 2008) correspondem a valores não disponíveis para uso da Sociedade por conta de bloqueio judicial para fazer garantia para processos trabalhistas.

5. SUBVENÇÕES - SIAFI - CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

6. ADIANTAMENTO DE FÉRIAS E PARCELAMENTO DE DÉBITO DE EMPREGADOS

	2009		2008	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Adiantamento de férias	2.355.407	-	1.961.788	-
Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros	183.855	-	139.527	-
(-) Provisão para valor realizável	(96.465)	-	(111.218)	-
Parcelamento de débitos de empregados	347.722	1.949.882	374.095	2.049.623
(-) Provisão para valor realizável	(22.867)	(333.667)	(10.543)	(337.308)
	2.767.652	1.616.215	2.353.649	1.712.315

a) Adiantamento de férias, Adiantamento por insuficiência de saldo, benefícios e outros

Além dos adiantamentos de férias, os Adiantamentos a empregados constituem valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários; sendo tais valores ajustados por provisão para cobrir possíveis perdas na realização dos mesmos, conforme critérios estabelecidos pela área de recursos humanos.

b) Parcelamento de débito de empregados

Em decorrência das características dos Planos de Saúde pós-pago, existentes até 31/10/2008, o custo da assistência médica era suportado integralmente pela TREN SURB, inclusive a parcela destinada ao empregado, sendo ressarcido pelos mesmos, em percentuais definidos em acordo coletivo, mediante desconto mensal em folha, limitado ao máximo de 20% do salário-base, acumulando, dessa forma, débitos de empregados para com a Sociedade. Considerando a relevância dos valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, a área de recursos humanos elaborou a estimativa do montante a ser recebido no ativo circulante (R\$ 347.722) e não circulante (R\$ 1.949.882), ajustado por provisão quando a probabilidade de realização é considerada remota ou possível.

7. ESTOQUES

	2009	2008
Estoques de materiais de consumo e bilhetes		
Materiais de manutenção de TUES e veículos	2.987.980	2.251.823
Material da via permanente	486.717	509.020
Sistemas operacionais	1.455.792	1.402.601
Peças e acessórios de equipamentos	1.273.302	1.413.077
Materiais de expediente e administrativos	346.072	341.619
Bilhetes	477.207	286.758
	7.027.070	6.204.898

O valor dos estoques em penhora ou em garantia em causas trabalhistas são de R\$ 543.478 (R\$ 514.588 em 2008).

8. IMOBILIZADO

Contas	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor líquido		Taxa anual deprec. (%)
			2009	2008	
Terenos	14.201.426	-	14.201.426	13.631.113	-
Edificações, estações e depósitos	86.469.890	(26.465.376)	60.004.514	61.745.039	2
Obras de arte (passarelas e viadutos)	128.745.469	(37.657.426)	91.088.044	93.692.973	2
Via permanente	87.332.728	(32.387.775)	54.944.953	56.950.698	2 a 5
Sistemas operacionais	50.730.073	(39.715.106)	11.014.967	12.208.853	4 a 10
Veículos ferroviários	76.625.159	(63.341.378)	13.283.781	15.802.313	3,33
Veículos rodoviários	1.230.732	(1.041.019)	189.713	13.043	20
Equip. processamento de dados	6.468.422	(5.096.777)	1.371.645	991.166	20
Equip., máquinas e instrumentos	19.373.164	(15.368.312)	4.004.852	4.180.560	10
Instalações	1.559.944	(1.385.759)	174.185	184.126	10
Móveis e utensílios	3.692.665	(2.363.501)	1.329.363	648.847	10
Benefitorias em bens de terceiros	13.587.234	(4.837.088)	8.750.146	10.100.383	10
Imobilizado em curso	326.873.891	-	326.873.891	133.330.286	-
Amortizado de bens imobilizados	3.567.297	-	3.567.297	3.567.297	-
	820.458.314	(229.659.517)	590.798.797	407.014.696	

a) O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31/12/95, depreciado pelo método linear, a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil dos bens (valor contábil), não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda.

b) Os principais investimentos em ativo imobilizado durante o exercício de 2009 são referentes às obras de extensão do Trecho Norte da Linha 1, entre os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo registradas na conta Imobilizado em curso.

c) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas corresponde a R\$ 126.112.253 (R\$ 120.284.204 em 2008).

d) Os ativos imobilizados estão cobertos por seguro contra incêndio, danos elétricos, vendaval e roubo. O tipo de cobertura e a extensão dos bens cobertos por seguro são determinadas em função do valor e do grau de risco envolvidos, perfazendo um valor segurado de R\$ 45.459.890 (R\$ 46.865.713 em 2008).

9. INTANGÍVEL

Contas	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor líquido		Taxa anual amortização (%)
			2009	2008	
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204	Vida útil indefinida
Direito de uso de telefones	1.596	-	1.596	1.596	Vida útil indefinida
Marcas e patentes	4.872	(1.235)	3.637	4.104	10
Softwares	1.632.437	(1.107.077)	525.360	574.909	5
Outras despesas de informática	26.000	(12.348)	13.652	16.251	10
	3.039.109	(1.120.660)	1.918.449	1.971.064	

a) Os ativos Intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Sociedade e sua viabilidade operacional quando da constituição da TREN SURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que não superam o seu valor recuperável por uso ou venda.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

10. PARCELAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Refere-se ao parcelamento de contribuições previdenciárias junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Em 30/11/2009, o saldo do parcelamento foi migrado ao Parcelamento estabelecido pela Lei nº 11.941/2009, aguardando fase de consolidação, para utilização de prejuízos fiscais e bases negativas para redução de encargos, na forma prevista na legislação tributária.

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Provisão para contingências trabalhistas

A movimentação das provisões trabalhistas em 2009 e 2008 está composta como segue:

	2009	2008
Saldo em 1.º de janeiro	111.683.312	157.659.350
(*) Provisões		
(-) Pagamentos	(20.408.552)	(22.826.973)
(-) Reversões	(111.695)	(23.149.065)
Saldo em 31 de dezembro	91.163.065	111.683.312

a.1) A provisão constituída para ações trabalhistas, vencíveis em curto prazo, compõe-se de R\$ 90.868.991 (R\$ 111.117.404 em 2008), para ações de empregados e de R\$ 294.084 (R\$ 565.908 em 2008), para ações de empregados de empresas terceirizadas, cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Sociedade, é considerada provável.

a.2) As contingências trabalhistas não provisionadas, cuja probabilidade de perda é possível, segundo a área jurídica, correspondem a R\$ 20.221.207 (R\$ 23.795.824 em 2008).

b) Provisão para contingências cíveis

b.1) Refere-se à ação movida pela Construtora Continental de Rodovias, processos n.º 2007.71.00046434-9 e 2007.71.00.046435-0. Com base em estimativa da administração, considerando a pecuniária, eventuais possibilidades de acordos e recursos tem-se provisionado o valor considerado provável de R\$ 5.400.000. Em que pese, esses mesmos fatores, a possibilidade de perda considerada possível e remota para o mesmo processo, suportada por parecer jurídico pode variar de R\$ 12 milhões a 40 milhões, respectivamente.

c) Provisão para contingências fiscais

O valor constante desta conta corresponde à provisão para contribuição PASEP e COFINS sobre o valor das subvenções recebidas do Tesouro Nacional. A contribuição está sendo recuperada pela Receita Federal do Brasil (RFB) desde fevereiro de 1999. A TREN SURB contestou judicialmente a exigência. No final de 2008, em face do Parecer oriundo da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) pronunciando-se contrariamente à exigência do crédito tributário pela RFB, a Sociedade optou por não mais atualizar os valores já provisionados até 2008 (R\$ 78.099.372). Durante o exercício de 2009, com base em parecer dos advogados da causa que estimam a probabilidade de perda por parte da TREN SURB como remota, a Sociedade optou por reverter todo o valor até então provisionado. Se registrado, o valor atualizado até 31/12/2009 seria de R\$ 93.778.869.

12. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A empresa é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado TREN SURB PREV, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência), na modalidade de Contribuição Variável, que assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria, entrada em invalidez e morte.

Nessa modalidade, que conjuga características de Contribuição Definida e Benefício Definido, o plano é Contribuição Definida enquanto o participante (empregado) é ativo e torna-se um Benefício Definido quando da concessão de um benefício.

Na fase ativa o plano não traz qualquer risco de desequilíbrio. Quando da concessão do benefício, cujo valor é calculado com base no saldo de conta formada pelas contribuições patronais e individuais em favor do participante, o plano passa a ter risco, pois há a opção de renda vitalícia. O benefício é calculado com base em premissas atuariais (estabelecidas abaixo) e caso essas premissas não se concretizem (o assistido tenha uma sobrevivência maior do que o esperado, por exemplo) pode haver um desequilíbrio no plano.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

PREMISSAS ATUARIAIS	
Taxa de Juros Atuariais	6% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	zero
Índice de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC
Tábua de Mortalidade Válidas	AT B3 M
Tábua de Mortalidade Invalídios	Ex-IACP
Tábua de Entra em Invalidez	Hunter Conjugada com Alvaro Vindas

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Em relação ao valor presente das obrigações atuariais do Plano e de seus ativos para cobertura dessas obrigações assumidas, os valores são:

	2009	2008
Passivos Atuariais (Valor Presente)		
Benefícios Concedidos	12.573.326	15.491.220
Benefícios a Conceder	10.281.245	2.423.643
	22.854.571	17.914.863
Ativos Líquidos		
Benefício Definido	2.086.738	1.863.187
Contribuição Definida	18.930.611	14.003.987
	21.017.349	16.067.174
Custo do Serviço Passado	2.902.836	2.936.650
Superávit Atuarial e Reserva Especial	1.065.614	628.961

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O superávit verificado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% das Reservas Matemáticas. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008. O passivo da patrocinadora corresponde a R\$ 3.863.618 em 31/12/2009 (1.704.157 - parcela circulante e 2.159.461 - parcela não circulante) e R\$ 4.745.951 em 31/12/2008 (1.477.442 - parcela circulante e 3.268.509 - parcela não circulante).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, em 31/12/09, está representado por 1.395.576.092 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. Em 21/12/09, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a proposta de aumento de capital apresentada pelo Conselho de Administração, no montante de R\$ 14.435.111, oriundo das reservas de capital (vide letra b), corrigido até 31/12/08. A composição acionária fica assim representada:

Composição Acionária em	2009		2008	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Aclionista				
União Federal	1.387.116.806	99,3939	1.309.746.745	99,3583
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,4689	6.543.949	0,4964
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,1372	1.915.337	0,1453
Total	1.395.576.092	100,0000	1.318.206.031	100,0000

b) Adiantamentos para aumento de capital

Correspondem aos recursos recebidos da União para investimento e futuro aumento do Capital Social. Esses recursos são acrescidos dos valores de atualização financeira, pela taxa SELIC, conforme art. 2.º Dec. nº 2.673 de 16/07/98, até sua efetiva incorporação ao capital social. O resultado dessa atualização foi levado à conta despesas financeiras.

c) Ajustes de Exercícios Anteriores

Em 2008, identificou-se o registro no valor de R\$ 28.358 referente parcela da aquisição do sistema de modernização de freios (imobilizado em curso) que foi indevidamente apropriada no resultado de 2007, como Custo dos Serviços. Dessa forma, em 2008, procedeu-se o seu ajuste contra a conta imobilizado em curso, no ativo imobilizado.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Refere-se ao valor do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) correntes, apurados com base no lucro real anual, recolhidos mensalmente por estimativa, compensados quando do vencimento previsto na legislação tributária para o ajuste anual. Embora existam prejuízos fiscais operacionais de R\$ 121.673.815 (R\$ 101.588.363 em 2008) e bases negativas de CSLL de R\$ 139.097.782 (R\$ 121.648.832 em 2008), não há probabilidade de lucros tributáveis futuros que permitam registrar, total ou parcialmente, ativos fiscais diferidos.

Conciliação dos valores correntes	2009		2008	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	78.534.689	78.534.689	31.474.948	31.761.908
Adições	235.214.200	237.850.702	540.360.462	542.578.795
Exclusões	(333.834.341)	(333.834.341)	(569.785.776)	(569.785.776)
Compensação de Prejuízos Fiscais	-	-	(614.890)	(1.356.478)
Base de Cálculo (Prejuízo Fiscal/Base Negativa)	(20.085.452)	(17.448.950)	1.434.744	3.188.450
Aliquotas	-	-	25%	9%
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	(8.608)	0
IRPJ e CSLL Contábeis Correntes	-	-	326.078	286.960
IRPJ e CSLL pagos/planteciação ou estimativa	757.244	240	1.552.247	448.020
IRPJ e CSLL a compensar (líquido)	2.101.053	177.155	1.226.169	161.060

15. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Corresponde a despesas e receitas eventuais de R\$ 19.716 (142.680 em 2008), ao custo da baixa de ativo imobilizado a R\$ 16.392 (R\$ 106.022 em 2008). No valor de 2008, está considerada, ainda, receita decorrente de contrato para centralização e processamento da totalidade dos créditos da folha de pagamento da TRENSURB, no valor de R\$ 1.500.000.

16. CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64 - SIAFI

A TRENSURB é uma sociedade de economia mista sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Sociedade é considerada também estatal dependente, vinculada ao Ministério das Cidades, que, por determinação legal, utiliza o Sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade total, para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registro que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função de conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos referente orçamento do exercício findo.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

A
DD. DIRETORIA DA
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A.
PORTO ALEGRE - RS

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

- Examinamos os balanços patrimoniais da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A., levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados; o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A., bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A., em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido, seus fluxos de caixa e os valores adicionados, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Porto Alegre, 28 de janeiro de 2010.

UHY MOREIRA - AUDITORES
CRC RS 3717

JORGE LUIZ M. CEREJA
Contador CRC RS 43679
Sócio - Responsável Técnico

JUCLEIA GONÇALVES RODRIGUES
Contadora CRC RS 78349
Auditora

Maria da Glória Felgueiras Nicolau
Conselheira
CPF Nº 176.708-██

José Jorge dos Santos Pereira
Conselheiro Suplente
CPF Nº 245.191-██

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - REC-0002/2010 - 02/03/2010

O Conselho de Administração da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A. - TRENSURB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Manifestar-se pela aprovação do Relatório Anual de Administração e das contas da sua Diretoria Executiva, constantes das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Marcio Fortes de Almeida

Presidente do Conselho de Administração

No quadro abaixo, demonstra-se os valores do exercício de 2009 que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores referem-se a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

ATIVO	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferenças
Circulante	68.088.983	69.151.313	(1.062.330)
Não Circulante	605.471.946	604.395.115	1.076.831
Total do Ativo	673.560.929	673.546.428	(5.499)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Lei 6.404/76	Lei 4.320/64	Diferenças
Circulante	111.300.901	111.404.836	(103.935)
Não Circulante	8.177.976	8.177.976	-
Patrimônio Líquido	554.092.052	553.963.616	98.436
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	673.560.929	673.546.428	(5.499)

No Ativo Circulante o valor de R\$ 1.062.330 compõe-se de R\$ 1.076.831, referente à classificação entre os grupos do Circulante e Não Circulante e de R\$ 5.499 registrado conforme a Lei nº. 4.320/64 refere-se a valores recebidos por RA - Récibo de Arrecadação com data de 04/01/2010 que registraram no SIAFI com data retroativa de Dezembro, sendo que o Caixa conforme a Lei nº. 6.404/76 já estava fechado.

No Ativo Não Circulante, a diferença de R\$ 1.076.831 ocorre em função da classificação entre os grupos do Circulante e Não Circulante, pois não há no Realizável a Longo Prazo, no SIAFI, contas cujas naturezas sejam aplicáveis às operações realizadas conforme a Lei nº. 6.404/76.

No Passivo verifica-se que a diferença de R\$ 103.935 está entre o grupo Circulante e Patrimônio Líquido em razão do registro automático pelo Sistema SIAFI na conta de Repasse Recebido Diferido, que registra a parcela de recursos financeiros colocados à disposição da Sociedade e não utilizada durante o exercício, o que constituirá antecipação de recurso no exercício seguinte, não afetando o total do Passivo e as RA - Récibos de Arrecadação esclarecidas no parágrafo anterior que têm a contrapartida no resultado do exercício.

17. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Porto Alegre, 31 de dezembro de 2009.		Média
	Major	Menor	
Administradores	18.774	3.265	-
Empregados	12.587	989	3.391

MARCO ARILDO PRATES DA CUNHA
Diretor Presidente
CPF Nº 031.320-██

NEY MICHELUCCI RODRIGUES
Diretor de Administração e Finanças
CPF Nº 646.270-██

PAULO RENATO DA ROSA AMARAL
Diretor de Operações
CPF Nº 988.760-██

ELIANI DA SILVA MEDEIROS PEREIRA
Gerente Contabilidade e Patrimônio
Contadora CRC/RS 35423
CPF Nº 321.780-██

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
Nº 02/2010**

Os membros do Conselho Fiscal da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos em sessão ordinária ocorrida em 02/03/2010, examinaram as demonstrações contábeis da Empresa relativas ao exercício findo em 31/12/2009, compostas do Balanço Patrimonial, das Notas Explicativas, da Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado, assim como o Relatório da Administração 2009.

Da análise procedida, bem como do acompanhamento mensal efetuado ao longo do ano de 2009, e considerando o Relatório de Auditoria Interna nº 317/2009 - Balanço/09 e o Parecer dos Auditores Independentes, os membros do Conselho Fiscal entendem que as demonstrações contábeis citadas anteriormente, bem como o Relatório da Administração 2009, representam a posição patrimonial e financeira da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TRENSURB em 31 de dezembro de 2009, estando as mesmas em condições de serem submetidas à Assembléia Geral para aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 02 de Março de 2010.

Magda Oliveira de Myron Cardoso
Presidente
CPF Nº 784.930-██